

Comissões dão sinal verde para o Projeto Sivam

Sistema de Vigilância da Amazônia poderá receber financiamento externo para sua execução. Mas a palavra final sobre a autorização será dada pelo plenário do Senado



As três comissões que analisam o Projeto Sivam reuniram-se no plenário do Senado

Depois de três horas de encaminhamento de votação, as três comissões permanentes do Senado reunidas para analisar o projeto Sivam, aprovaram ontem à noite, por 45 votos a 15, o relatório do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à contratação pelo governo federal de empréstimo junto ao Eximbank para financiar o projeto.

A sessão se prolongou das 18h até às 21h, depois de quatro horas de discussão pela manhã, com interrupção para a sessão deliberativa da Casa, e representou o fim dos trabalhos das três comissões encarregadas de estudar o Sivam. Na Comissão de Assuntos Econômicos, o parecer de Tebet obteve 21 votos favoráveis e 13 contrários; na Comissão de Fiscalização e Controle, 12 a favor e 3 contra; e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 12 votos a favor e 6 contrários.

No encaminhamento da votação, à noite, Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, afirmou que as resoluções aprovando autorização para o governo contratar o empréstimo para financiar o Sivam, em 94, constituíram ato jurídico perfeito, que somente poderia ser revertido pelo TCU. Pedro Simon (PMDB-RS) argumentou ser possível ao Senado anular o empréstimo. Ramez Tebet salientou que ouviu a todos, e que faltava lógica nas manifestações contrárias ao projeto: "Acho importante a citação pública, mas não creio que isso possa indicar moralidade". A matéria agora será votada pelo plenário do Senado.

Flexibilização de direitos gera polêmica

A proposta do contrato provisório de trabalho sem encargos sociais, em negociação entre a Força Sindical e os empresários, causou polêmica na sessão de ontem do Senado, a partir de um discurso do senador Romero Jucá. A senadora Benedita da Silva também abordou o tema. **Página 2**

Simon pede a FHC que apure denúncias

Página 3

Senado aprova o FEF em 1º turno

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), em substituição ao Fundo Social de Emergência, que teve sua vigência encerrada em 31 de dezembro de 1995. O FEF, que ainda deve ser votado em segundo turno, terá efeito retroativo a 1º de janeiro deste ano e vai até 30 de junho de 1997.

O novo fundo é constituído basicamente pela retenção, nos cofres federais, de 20% do Imposto de Renda e do IPI recolhidos pela União, excluindo as transferências para os fundos de participação dos estados e dos municípios. O dinheiro será aplicado com prioridade em programas de saúde, educação e benefícios pre-

videnciários. A emenda recebeu 60 votos favoráveis, 10 contra, com uma abstenção. Votaram contra o PT, o PDT e o PSB. O senador Josaphat Marinho (BA), do PFL, também votou contra.

O relator do projeto, Jáder Barbalho (PMDB-PA), afirmou que os estados e os municípios perdem dinheiro com o FEF, mas que, sem ele, o Plano Real correrá riscos. Para compensar as perdas, governo estudará um programa de ajuda às prefeituras, informou José Fogaça (PMDB-RS). Durante a vigência do FSE, os estados e municípios do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, regiões mais pobres, perderam R\$ 2,9 bilhões, advertiu Ademir Andrade (PSB-PA). A região Sul perdeu R\$ 304 milhões.

Amorim condena campanha contra Sesc e Senac



Amorim

O papel social desempenhado pelo Sesc e pelo Senac foi destacado pelo senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), ao alertar os

senadores para o perigo das gestões que estão sendo desenvolvidas com o objetivo de se acabar com a contribuição compulsória àquelas instituições. Na avaliação do senador, a contribuição, de aproximadamente 1,5% do montante de todos os gastos que recaem sobre as empresas com relação aos empregados, é insignificante, "se levarmos em conta os inúmeros e relevantes serviços prestados à sociedade brasileira por essas duas entidades".

Petroleiros pedem pressa em anistia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu no final da manhã de ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e representantes da Federação Única dos Petroleiros. Eles solicitaram rapidez na votação de dois projetos de lei de autoria do parlamentar sergipano que concedem anistia a dirigentes sindicais e trabalhadores que participaram da greve nacional dos petroleiros em 1995, bem como às multas impostas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a entidades sindicais.

Senadores debatem proposta de flexibilizar direitos trabalhistas

Idéia negociada entre sindicalistas e empresários gera polêmica, recebe um apoio e muitas críticas durante os debates no plenário

A idéia do contrato provisório de trabalho, fixado entre três meses e dois anos, sem os encargos sociais previstos na legislação trabalhista, em negociação entre a Força Sindical e os empresários, causou grande polêmica na sessão de ontem do Senado. Benedita da Silva (PT-RJ) acusou a proposta de abrir mão de direitos indisponíveis dos trabalhadores.

Já Romero Jucá (PFL-RR) afirmou que o acordo "coloca o Brasil no caminho da modernidade". Após ser contestado por cinco senadores, todos alertando para os prejuízos que a medida poderá acarretar tanto para os trabalhadores quanto para o governo, Jucá ponderou que a iniciativa deve propiciar mudanças na legislação trabalhista.

Para Romeu Tuma (PSL-SP), embora possa representar o primeiro passo para tentar reduzir a taxa de desemprego, o contrato provisório de trabalho sem registro em carteira dificilmente deixará de parar na Justiça Trabalhista.

Já Ademir Andrade (PSB-PA) disse que a matéria é extremamente séria e precisa ser discutida com mais profundidade.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por sua vez, afirmou que a celebração desse acordo é uma desobediência civil. "É prejudicial aos programas sociais custeados pelos recursos do FGTS, que poderá ir a falência", alertou.

O mesmo raciocínio foi compartilhado pelo senador Flavia-

no Melo (PMDB-AC), para quem, ao invés de estimular esse tipo de acordo, o governo devia estar pensando na redução da carga tributária que incide sobre a folha de pagamento, o que, a seu ver, está contribuindo para o aumento do desemprego no país.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) também considerou o acordo provisório de trabalho um "desrespeito à legislação e a todas as conquistas dos trabalha-



Benedita da Silva

dores".

Benedita da Silva criticou principalmente a idéia de dispensar-se o registro do emprego na carteira de trabalho, que segundo explicou, é fundamental para a contagem de tempo de serviço para aposentadoria.

Conforme a senadora, a idéia em maturação pela Força Sindical dispensa também o recolhimento do FGTS assim como o salário-educação e outros direitos.

Quintanilha quer transição na reforma da Previdência

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) é a favor do estabelecimento de um período de transição na reforma da Previdência, de modo a garantir os direitos adquiridos por todos que contribuíram dentro das regras atuais. Para ele, essa transição não representa a manutenção de privilégios, mas garante a justiça ao cidadão que contribuiu dentro das normas que lhe foram impostas.

- Não sabemos de um único contribuinte da Previdência que tenha podido optar por outro

sistema que não aquele estabelecido pela lei vigente - disse o senador, lembrando que não se pode, em nome da racionalidade administrativa, legislar contra a lei.

Leomar Quintanilha entende que o atual sistema previdenciário está falido em consequência do excesso de paternalismo com que foi gerado, da falta de seriedade com que foi administrado e da impunidade que tem garantido o "sucesso" de todos os que dele se beneficiaram ilegalmente.



Quintanilha

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h30 - Recebe Paulo Roberto Butori, Waldemir Sperandeo e Paulo Osório, diretores do Sindipecas

14h30 - Preside sessão não deliberativa.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

COMISSÕES

9h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pauta: Emenda nº 1 (substitutiva), de plenário, oferecida à PEC nº 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras. **Local:** Sala 03, Ala senador Alexandre Costa.

Simon pede a FHC que apure denúncias



Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiu apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que

mande apurar denúncias sobre a existência de corrupção no governo.

Simon referiu-se a entrevista do empreiteiro Murilo Mendes, que ele considerou gravíssima, publicada esta semana pela revista *Isto É*. "O governo não vai fazer nada com uma entrevista como essa?", questionou.

Ele lembrou também declaração do ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, de que "há corrupção no governo", e estranhou que Fernando Henrique Cardoso não o tivesse interpelado. Além disso, destacou que o ex-presidente do Inbra Francisco Graziano alegou combater a corrupção ao entregar fitas que comprometiam o chefe de cerimônia do Palácio do Planalto.

Finalmente, Simon disse ter entendido por que sua proposta de uma CPI dos Corruptores não vingou: na sua opinião, a CPI era complemento natural da CPI do Orçamento, mas o governo defendia "que estamos na hora de reformas".

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) convidou Simon a reapresentar, pela terceira vez, a proposta de instalação daquela CPI e garantiu seu apoio pessoal.

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou aos setores responsáveis para que dêem os devidos esclarecimentos à opinião pública. Já o senador Romeu Tuma (PSL-SP) disse que a entrevista publicada é apenas um resumo, segundo lhe informaram os dirigentes da revista.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a entrevista fornece material suficiente para que a Receita Federal e o Ministério Público aprofundem investigações.

Atas secretas geraram polêmica no início da sessão

Senadores tentaram fazer diligências em busca de documentos do Conselho de Defesa, mencionados pelo ex-presidente Itamar Franco

Logo no início da reunião das comissões responsáveis pela análise do Projeto Sivam, às 10h30, foram rejeitados dois requerimentos de adiamento da discussão do parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para a realização de diligências. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediam a requisição de atas secretas da reunião do Conselho de Defesa Nacional que analisou o Sivam, mencionadas pelo ex-presidente da República Itamar Franco, em entrevista à imprensa. Já o senador Lauro Campos (PT-DF), além das atas, solicitava a presença de Itamar Franco no Senado para explicar o que o ex-presidente qualificou de "itens reveladores" contidos nos documentos considerados secretos.

As duas proposições receberam parecer contrário do senador Ramez Tebet. Contra o voto do relator, manifestaram-se, além dos autores das proposições, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) e o senador Bernardo Cabral (AM). O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), esclareceu que



Antonio Carlos (D) preside a reunião das comissões no plenário

as atas secretas requeridas estavam em poder da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, à disposição dos senadores, desde abril do ano passado.

A reunião teve continuidade com a leitura de três votos em separado dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Bernardo Cabral (AM). O quarto voto, do senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi por ele retirado em favor do voto de Suplicy, de idêntico conteúdo, em defesa de licitação para

contratação da empresa executora do Sivam. Esta posição também foi defendida por Cabral.

Favorável ao parecer de Tebet, Ronaldo Cunha Lima propôs, em seu voto, a inclusão de dois dispositivos, na resolução proposta pelo relator: um que assegure ao Brasil a propriedade dos sistemas de tecnologia do Sivam e outro que desobriga o governo brasileiro de indenizações à Raytheon, no caso de rescisão de contrato por conta de irregularidades comprovadas.

Erro vem da origem

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) denunciou vício de origem do projeto, porque na sua elaboração foram marginalizadas tanto a classe política quanto a comunidade acadêmica da Amazônia.

A declaração de voto contrário do senador Lauro Campos (PT-DF) se baseou na argumentação de que o Sivam visa principalmente a atender interesses de empresas americanas ameaçadas de

falência. Opinando que "a seriedade de Fernando Henrique Cardoso está sendo abalada", o senador Roberto Requião também manifestou seu voto contrário.

Posicionaram-se também contra a aprovação do relatório de Ramez Tebet os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Emilia Fernandes (PTB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Miranda protesta contra intimidação

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) protestou contra o que considera intimidação e retaliação do governo: a Receita Federal está promovendo devassa em 20 empresas a ele ligadas.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, disseram não admitir que o presidente da República tenha tido conhecimento antecipado da iniciativa - posição também defendida por Elcio Alves (PFL-ES), líder do governo.

Mauro Miranda defende maior apoio à agricultura

Senador lamenta que demora na solução de dívidas tenha levado à necessidade de se importarem 9 milhões de toneladas de grãos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse ontem que a demora na solução das dívidas agrícolas resultou no fato de que o Brasil terá de importar mais de 9 milhões de toneladas para atender à demanda nacional de grãos, só em 1996. Arroz, milho e trigo, segundo o parlamentar, são produtos pri-



Mauro.

oritários para o equilíbrio do abastecimento e para a sustentação do Plano Real. No entanto, o setor rural, em sua opinião, está empobrecido e desamparado.

Um ano depois da posse de Fernando Henrique, uma de suas principais promessas, a de fortalecimento da agricultura, não foi cumprida pela

tecnoburocracia - disse.

Mauro reconheceu que a securitização das dívidas rurais levou novo alento ao campo, mas persistem dificuldades como a redução da linha de produtos usados na cobertura dos financiamentos pelo sistema de equivalência, assim como a exigência de tradição de plantio do produto que será usado como garantia de paridade.

Sebastião Rocha presta homenagem a Darcy Ribeiro



Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez emocionada homenagem ao senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), o qual, segundo disse, foi o responsável pela concretização do "principal projeto de educação no Terceiro Mundo", os Cieps.

Ele também destacou a política de valorização do nível de pós-graduação praticada por Darcy na UnB. A intenção de Rocha foi satisfazer a assumida "sede insaciável de elogios" do educador e a de se somar às homenagens prestadas pela UnB. Em março passado, ao receber o título de doutor *honoris causa* e ter seu nome emprestado ao *campus* da UnB, Darcy afirmou que tudo aquilo era "uma glória que satisfazia, a pleno, pela primeira vez, sua sede insaciável de elogios".

Jucá aplaude decisão sobre obras inacabadas

O senador Romero Jucá (PFL-RR) aplaudiu ontem a decisão do governo de alocar mais de R\$ 500 milhões a um programa de conclusão das obras federais que se encontram paralisadas em várias partes do país. Segundo o senador, a iniciativa governamental é um reflexo da sintonia que há entre o Executivo e o Congresso, que, conforme disse, estão empenhados em priorizar obras inconclusas.

Jucá destacou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Obras Inacabadas do Senado, que, após percorrer todo o país, constatou a existência de centenas de obras totalmente paralisadas.

O senador ressaltou ainda a "sensibilidade" dos membros da Comissão Mista de Orça-



Jucá

mento, que recomendou a não-liberação de recursos para o início de novas obras enquanto não forem concluídas as que se encontram inacabadas.

GARIMPEIROS

Jucá também congratulou as autoridades diplomáticas do Brasil e da Venezuela pelas providências que levaram o presidente daquele país, Rafael Caldera, a assinar o indulto de sete garimpeiros brasileiros que se encontravam presos em Puerto Ayacucho. O senador já solicitara o empenho dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores na liberação desses garimpeiros, detidos em território brasileiro e levados para prisão venezuelana, o que, em sua opinião, caracterizava grave irregularidade.



Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou ontem que o Ministério da Marinha não tenha apresentado nenhuma objeção à venda de terras de marinha no Porto de Paranaguá para o grupo Central Sul Serviços Marítimos. Requião leu em plenário documento assinado pelo ministro Mauro Cesar Rodrigues Pereira explicando que não cabia à Marinha tomar qualquer posição em relação à venda.

Ao Ministério da Marinha compete, tão-somente, pronunciar-se sobre os embaraços à navegação, à conveniência das atividades navais e aos interesses da defesa nacional - explicou o ministro, em resposta a pedido de informações formulado por Requião. O senador informou que nem a administração do porto e nem a Prefeitura de Paranaguá foram consultadas sobre a transação.

José Dutra será o novo líder do PT no Senado



Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) será o líder do Partido dos Trabalhadores no Senado a partir de amanhã. A comunicação foi feita ontem em plenário pelo atual líder, Eduardo Suplicy (SP). O PT tem cinco dos 81 senadores.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kulture e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.